

onde o individualismo consumista se combina de forma perversa com lógicas de entrega incondicional – e aparentemente voluntária – ao poder do mais forte.

Investidas e cancelões...

Pouco depois da fundação da Universidade Portuguesa (em 1290)²⁸, a mesma seria instalada pela primeira vez em Coimbra em 1308. Um ano depois, o rei D. Dinis mandou publicar um decreto instituindo horas de estudo e de recolher obrigatório para os estudantes, estabelecendo que os infratores fossem vigiados e sancionados pelos estudantes mais velhos (de acordo com a sua própria hierarquia, baseada exclusivamente na antiguidade de cada membro). Subjacente a estes regulamentos iniciais estava o estatuto exclusivista de que era depositária a estrita elite que, nesta primeira fase, beneficiava do protetorado da monarquia. É nessa altura (1309) que D. Dinis, na sua “*Charta Magna Privilegiorum*” (versão atualizada da Carta fundadora da Universidade, de 1290), estabeleceu um conjunto de medidas destinadas a disciplinar, mas também a proteger os estudantes. Nela se tornam claras algumas das suas preocupações quanto ao estatuto exclusivo da condição estudantil e definiam-se medidas destinadas a acautelar a defesa das suas prerrogativas especiais. Pouco depois da transferência definitiva da Universidade para Coimbra, em 1537, foram estabelecidas disposições régias, por D. João III, visando conter e proibir o porte de armas, um meio ameaçador e então de uso comum em situações de conflito no seio dos estudantes e entre estes e outros grupos populares.

Desde o início do século XVIII que são identificadas as chamadas *Investidas*, ou seja, atos violentos exercidos por grupos de estudantes mais velhos (em geral, encapuçados), que incluíam troças e castigos infligidos aos novatos. Alguns desses atos relacionavam-se com os parcos meios de transporte da era medieval, quando as viagens a Coimbra eram extremamente morosas e muitas vezes acidentadas. Os estudantes chegavam muitas vezes montados em burros, éguas e machos. Os cavalos e diligências seriam exclusivo dos poucos oriundos dos extratos mais elevados das famílias nobres e aristocráticas. Eduarda Cruzeiro refere-se aos estudantes caloiros que nesse contexto se tornaram “vítimas de arrieiros e estalajadeiros, exploradores vorazes que não lhes poupam as bolsas nem os corpos, usurpando-lhes os primeiros as montadas a meio caminho, ratilhando-lhes os segundos os confortos da cama e mesa que deviam proporcionar-lhes” (Cruzeiro, 1979: 810). Era esse o quadro com que se deparavam muitos dos novatos (caloiros) pela primeira vez com os seus colegas mais velhos.

//// ²⁸ A criação do Estudo Geral Português, com a assinatura do documento “*Scientiae thesaurus mirabilis*”, por D. Dinis, teve lugar em 1 de Março de 1290, confirmada pela bula “*De statu regni Portugaliae*” do papa Nicolau IV (9 de Agosto), com as Faculdades de Artes, Direito Canónico (Cânones), Direito Civil (Leis) e Medicina, começando a funcionar em Lisboa. As mudanças de sede foram várias nos primeiros tempos. O então designado Estudo Geral passa para Coimbra em 1308; regressa a Lisboa em 1338 e de novo a Coimbra em 1354; volta a Lisboa em 1377 e é definitivamente instalado em Coimbra, em 1537.

A década de 1960...

As causas diretas do movimento estudantil, para além de algum contágio dos ventos de rebelião juvenil internacional que, apesar de tudo, terá penetrado no país, prendiam-se sobretudo com a asfíxia em que se vivia em termos políticos. Uma Universidade muito conservadora, ausência de liberdades políticas, cívicas e associativas, um Estado centralista e fortemente repressivo, e sobretudo uma Guerra Colonial para onde eram mobilizados à força sucessivos contingentes de jovens (muito deles mortos ou feridos em combate em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique). É nesse contexto que, no início da década de 1960, e na sequência de um trabalho cultural exercido na clandestinidade a partir das Repúblicas (residências de estudantes com estatuto especial na sua ligação à UC), foi eleita uma lista de esquerda para a Direção Geral da AAC, apoiada pelo Conselho de Repúblicas (a estrutura federativa do conjunto das referidas casas comunitárias). Recorde-se que o ambiente comunitarista que se vivia nas “Repúblicas” ocupou, a este respeito, um lugar de relevo, ao estimular irreverência, a solidariedade e espírito crítico entre os estudantes. Foi nessa medida que se afirmaram como focos decisivos de diversos movimentos e formas de dissidência face aos padrões convencionais e ao próprio regime de Salazar-Caetano (Estanque, 2010). No entanto, o ambiente das Repúblicas também evoluiu significativamente desde meados do século XX. Enquanto que no início deste ciclo na carta constitutiva do Conselho de Repúblicas (de 1948) se declarava que as mesmas estavam “unidas pela praxe”, tal posição foi evoluindo para uma conceção mais culturalista e interventiva com a entrada na década de 1960. “Em lugar de se focalizarem na sua vertente mais boémia e jocosa, as Repúblicas passam a autodefinir-se como ‘centros de formação cultural do estudante, agrupamentos regidos pelo princípio democrático da autogestão, gozando de independência económica e ideológica, libertas de qualquer género de tutela’” (Cardina, 2008b; 125; veja-se ainda Cruzeiro, 1989, Namorado, 1989 e Estanque, 2016).

Apesar do fechamento do país, os ecos dos movimentos sociais internacionais e da mudança de mentalidades suscitada pelo Maio de 68 e durante os *sixties* não deixaram de contagiar alguns setores da juventude estudantil. Desde os finais da década de 1950, as correntes oposicionistas de esquerda já vinham apostando numa conceção solidária da praxe, procurando influenciar os meios tradicionalistas no sentido de lhes inculcar um novo conceito de “política”, ao mesmo tempo que se visava imprimir no movimento associativo uma orientação reivindicativa e combativa, que se traduzia, na linguagem da época, a uma perspetiva “sindicalista” do movimento estudantil (Estanque e Bebiano, 2007; Cardina, 2008b). Naquele tempo, estas diferentes dimensões da cultura estudantil eram praticamente indestrinçáveis: “O pôr em causa da Universidade salazarista e dos fundamentos em que esta assentava [...] fez-se incorporando nessa cultura [académica] em movimento, feita ação política, os valores e as tradições da memória coletiva da juventude universitária, especialmente Coimbra. Por outro lado, a política foi — pela fraternidade, no apelo inteligente e afetivo, na música, na palavra, no canto, na imaginação, no amor, na transgressão e na festa — em si mesma, uma nova expressão cultural” (Martins, 1982 *apud* Frias, 2003).

Essa estreita ligação entre tradição académica, associativismo estudantil e ação política podia exprimir-se, por exemplo, na inclusão de imagens ou mensagens de denúncia do regime nos rituais. Isso mesmo ocorreu no desfile da Latada de 1961/62, em que um carro puxado por um estudante negro ostentava a frase do regime “Angola é nossa!” ou ainda um cartaz bem sarcástico que exibia a frase: “O Tó [Salazar] tem um cancro. Coitado do cancro!”. Em algumas fases desse período, “a praxe académica desempenhou um papel importante como instrumento político na oposição à ditadura de Salazar e à Guerra Colonial, uma vez que foi usada para disfarçar de tradições académicas as intervenções antirregime” (Dias e Sá, 2013: 22). Note-se, porém, que em Coimbra a contestação ao conflito nas colónias ocorreu apenas a partir de final da década de sessenta. Foi ainda por volta desse período (1961-1964) que se expandiram na cidade as novas sonoridades musicais e produção poética que viriam a ser conotadas com a nova canção de protesto. Novas referências e novos valores culturais eram transmitidos pela música, as baladas líricas e a poesia. Aí se destacaram nomes como José Afonso e Adriano Correia de Oliveira e, com eles, se inaugurou o novo e irreverente movimento musical-cultural de contestação ao regime²⁹.

Os acontecimentos da chamada “Crise Académica” de 1969 desencadearam um período de *luto académico*³⁰, que se traduziu na interrupção das festas estudantis e da praxe aos caloiros. Desde então e até finais da década de 1970, o uso do traje só foi admitido em momentos especiais³¹, ou seja, como forma de protesto contra o regime. Todavia, já nesse tempo o uso do traje passou a ser visto como algo pouco compatível com a ação contestatária dessa geração estudantil. Foi nesse contexto que se decidiu interromper as festas e os cortejos habituais, assim como a praxe de gozo ao caloiro, mas estabeleceu-se também o preceito de usar a capa descaída pelos ombros, com o colchete da batina apertado no pescoço e com as fitas, os pins e insígnias escondidas. Por outro lado, ao contrário da ideia que hoje prevalece entre os estudantes, os momentos de controvérsia, relacionados com a tradição e o seu significado político, antes e depois de 1969, continuaram a ocorrer múltiplas reconfigurações e formas de ação coletiva, quer no terreno sociopolítico, quer na dimensão mais estritamente cultural e ritualista, onde a praxe permaneceu como foco de polémicas – se bem que mais esporádicas – que alimentavam a dissensão entre grupos rivais (Cardina, 2008a).

É costume pensar-se que os períodos mais intensos de mobilização cívica – ou seja, quando a *gesellschaft* (sociedade) se reforça e a *gemeinschaft* (comunidade) recua – estimulam a mudança mas podem também contribuir para uma maior coesão social. Embora num registo diferente, muitos cientistas sociais citam Émile Durkheim, que no século

//// ²⁹ Para além desses dois nomes, outros músicos conotados com esta corrente merecem destaque, tais como: Luís Cília, Francisco Fanhais (Padre Fanhais), José Mário Branco, Manuel Freire, José Jorge Letria, Sérgio Godinho, Fausto Bordalo Dias, Vitorino, Salomé, etc.

³⁰ Recorde-se que algumas Repúblicas permaneceram, até hoje, em modo de luto, uma vez que o mesmo nunca foi levantado pelo órgão que o “decretou”, o Conselho de Repúblicas, onde as decisões, segundo os seus estatutos, são tomadas por unanimidade.

³¹ Um desses momentos simbólicos ocorreu, em 1969, na final da Taça de Portugal em futebol, jogada entre o Benfica e a Académica de Coimbra (Lisboa, Estádio Nacional, 2/06/1969), no rescaldo da Crise Académica, quando os jogadores de futebol entraram em campo com as capas negras aos ombros, simbolizando a sua solidariedade com a luta estudantil.

XIX mostrou como a perda dos laços sociais e o esbatimento das crenças comuns conduz a patologias, em especial quando os indivíduos se submetem sem limites à força coerciva do social, abdicando do seu envolvimento ativo na revitalização das crenças e valores morais da sociedade.

Em nome da tradição

O elemento psicológico é, sem dúvida, o epicentro de toda esta lógica perversa: criam-se expectativas que, em geral, exorbitam a vulnerabilidade da vítima, deixando-a na incerteza do que lhe pode acontecer, mas ao mesmo tempo como que procurando medir até onde vai a sua capacidade de aguentar. É nesse jogo que se procura testar a força mental do outro. É aí que o poder simbólico se insinua, entre a capacidade de “engolir” as situações mais repugnantes e o livre-arbítrio de quem está investido de poder e que muitas vezes transmite a mensagem: “não te vou fazer mal, mas se quisesse fazia”. O jogo pode, portanto, evoluir em sentido inverso, isto é, da situação de “abuso” para o gesto de afeto e solidariedade. Muitos dos estudantes que entrevistei mencionaram isso mesmo. Quando se sai do contexto de praxe para o ambiente de “festa” as relações alteram-se substancialmente. É importante realçar que o caloiro pode também conquistar algum ascendente sobre os “doutores”. Um dos momentos em que isso se torna mais evidente é na disputa pelos/as “afilhados/afilhadas” por parte dos/das “padrinhos/madrinhas”, uma vez que, entre os mais velhos, se torna um símbolo de *status* o facto de se conseguir um maior número de afilhados.

Não é incomum a mudança de atitude quando se passa da condição de caloiro para a de “doutor” (isto é, do 1.º para o 2.º ano de faculdade). Na condição de caloiros permanecem em geral expectantes ou até com medo, pelo menos de início. Muitos consideram aquelas brincadeiras patéticas, sem sentido, e toda a encenação um pouco ridícula. Depois mudam. As/os próprias/os se surpreendem com isso: como declarou uma antiga estudante, “quando vesti o traje, senti-me outra”. Mudar de “posto” implica passar a atuar de acordo com o que se espera da nova “patente”. Numa palavra, a lógica de dominação não se altera só porque ocorre uma troca entre os protagonistas ou se altera o estatuto na hierarquia. Isso significa que o poder social é bem mais perverso e insinuante do que parece.

Praxes, cultura académica e associativismo

As velhas componentes da boémia, em que o lazer e o excesso se podiam conjugar com atividades culturais e contraculturas de resistência, foram substituídas por novos padrões de consumo formatados segundo os interesses do *marketing* e dos grandes patrocinadores das festas académicas, onde o excesso de consumo de álcool³² se tornou um sério

//// ³² Muito sintomático do apelo ao consumo e ao excesso subjacente à cultura “praxista” é, por exemplo, o facto de se prever no Código da Praxe (art.º 162 do Código atualizado em Janeiro de